

Avaliação: aspectos da legislação à sala de aula, um importante instrumento de transformação da prática educacional

Ana Paula Monteiro da Silva

Especialista em Orientação Educacional, Educação Especial e Inclusiva, Educação Infantil e Ensino Fundamental, Educação Profissional e Tecnológica, Psicopedagogia Institucional.

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Edinéia Alves Cruz

Mestrado Profissional em Administração - área de concentração: Gestão Estratégica das Organizações

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Marisa Oliveira Ramos de Santana

Especialista em Psicopedagogia e Transtorno Global do Desenvolvimento

Prefeitura Municipal de Formosa - GO

Secretaria Estadual de Educação de Goiás

DOI: 10.47573/aya.5379.2.71.3

RESUMO

Na educação busca-se ações que verdadeiramente enfatizem uma avaliação do processo de modo real, lúdico e que propicie a reflexão da aprendizagem significativa na vida dos estudantes. Compreender os processos de avaliação da aprendizagem, pela identificação, descrição e análise das concepções e práticas que os direcionam é o objetivo deste estudo. Neste sentido, a prática avaliativa na escola, vem sendo motivo de discussões dentro das teorias pedagógicas, envolvendo também a elementos da Pedagogia, Psicologia e Psicopedagogia, uma vez que estas tendem a assumir finalidades diferentes conforme o objetivo posto à educação. Portanto, a avaliação deve ultrapassar o caráter classificatório advindo da postura tradicional que leva a excluir e sentenciar o indivíduo e se aproximar mais da proposta sócioconstrutivista que envolve todos os aspectos do desenvolvimento da aprendizagem.

Palavras-chave: educação. avaliação. lúdico. aprendizagem.

ABSTRACT

In education, actions are sought that truly emphasize an evaluation of the process in a real, playful way and that encourages reflection on meaningful learning in the lives of students. Understanding the learning assessment processes, through the identification, description and analysis of the concepts and practices that guide them is the objective of this study. In this sense, the evaluative practice at school has been the subject of discussions within pedagogical theories, also involving elements of Pedagogy, Psychology and Psychopedagogy, since they tend to assume different purposes according to the objective set to education. Therefore, the evaluation must go beyond the classificatory character arising from the traditional posture that leads to excluding and sentencing the individual and get closer to the socio-constructivist proposal that involves all aspects of the development of learning.

Keywords: education. assessment. playful. education. learning.

A AVALIAÇÃO NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Segundo Hoffmann (2003), a avaliação tem esbarrado em um problema crônico na Educação: a dificuldade do trabalho coletivo. E é exatamente na hora que vai se discutir resultados ou normas que o problema mais aparece.

Nos conselhos de classe e nas reuniões de planejamento (início de ano) os professores tentam achar critérios comuns, ações conjuntas para valorizar ou punir, formas únicas de distribuição de créditos.

A dificuldade é que, sem aprofundar no conteúdo do problema, não conseguem seguir em frente. Então a culpa é da dificuldade de se trabalhar em equipe.

Sendo parte de um processo, que exige de todos uma contribuição, a Avaliação exige co-participação, exige comprometimento, auto avaliação de todos que vivem esse processo, análise

crítica das ações: que facilitam e orientam o replanejamento, a elaboração e desenvolvimento de projetos coletivos e acima de tudo o aprimoramento das relações escolares.

Avaliar se configura portanto, numa atitude eminentemente política e humana. Só tem sentido, na Educação, se for utilizada para proporcionar a todos conhecer o seu mundo, propiciar prazer e favorecer a auto-descoberta nos seres humanos. Ela não se justifica, na Educação, para punir, selecionar, sustentar a ideia do "darwinismo social". O enraizamento do conceito seletivo da Avaliação, a transformou autoritariamente no lastro do ensino da unidade escolar, ignorando os elementos vivos da escola, sua história, o seu contexto, suas aspirações. Imposta pela política da exclusão (que não é nenhum fantasma), atropela todas as negociações, nega qualquer possibilidade de diálogo (ainda incipiente em nosso país), não tem nenhuma relação com o avaliado (se diz neutra, igual para todos), estrangula desse modo tudo que nasce para contestá-la. (AFONSO, 2000. p. 64)

Diante desta constatação é preciso considerar a avaliação em suas questões legais evidenciadas nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, analisando sua evolução histórica para que se reflita sobre a necessidade de implementação de mudanças.

O quadro a seguir mostra que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também se destaca a avaliação.

LEI 4.024/61	LEI 5.692/71	LEI 9.394/96
A Lei 4.024/61 tratava as questões sobre avaliação de forma bem simplificada, pois o projeto original sofreu diversos vetos no ato de sua aprovação no congresso. Os principais pontos são: Predomínio dos aspectos quantitativos; Avaliações seletivas; Privilegia o conteúdo, ou seja o produto; Esta é de responsabilidade da escola com a supervisão do MEC.	A Lei 5.692/71 foi apenas uma reforma da Lei 4.024/61 e apenas reformou o ensino de 1º e 2º grau, sendo que esta garantia o controle do ensino através de estratégias do tipo ensino mecânico, formal e estranho a vida. No que diz respeito a avaliação esta continuou a ser tratada da mesma forma.	A Lei 9.394/96 trouxe alguns avanços quanto aos aspectos da avaliação. Estes aspectos são: - uma avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; - a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; - a possibilidade de avanços nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; - o aproveitamento de estudos concluídos com êxito; - a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino e seus regimentos.

A Avaliação na Escola precisa ganhar, realmente, a preocupação dos coletivos constituídos. Sair do campo de preocupação individual, da angústia de cada um e ganhar as dimensões dos grupos de trabalho dos ciclos, dos turnos, de toda a escola.

O enfoque sobre os conteúdos, a maneira de professores e alunos se relacionarem, os projetos de trabalho desenvolvidos, os objetivos do projeto da escola, pensando este como resultado dos desejos do coletivo, estão ligados à concepção de Avaliação que se vai trabalhar.

Diante disso, é preciso transformá-la. Sem dúvida, ela pode expressar a qualidade do ensino com muito mais fidelidade, se condicionada dentro dos próprios limites, se estiver alinhada à filosofia de trabalho da escola (seu projeto político-pedagógico) e não ser tratada como um fim em si mesma.

Sem esta coletividade, ou mesmo o interesse real dos professores para que ela aconteça de forma produtiva dentro da escola, jamais teremos condições para exigir de nossos governantes que esta seja definida e legalizada dentro LDB. Sem esta conscientização, podem ser feitas mil reformas educacionais que a avaliação continuará tendo a mesma conotação excludente que

tem agora.

Quando se usa temas transversais em sala de aula, deve-se expressar valores, opiniões, crenças e sentimentos. Deve-se partir do interesse dos alunos para que o aprendizado aconteça de forma real. A realidade dos alunos deve ser o ponto de partida para que os alunos tomem gosto pelo estudo.

A necessidade de conhecer outra linguagem está presente no cotidiano das pessoas. Quando ela é trabalhada de forma presencial e dinâmica, a facilidade por questionar, pensar, verificar, assimilar, levantar hipóteses e buscar resultados, expande-se no cotidiano do aluno de forma válida e contínua.

A política educacional do Estado não pode ser concebida isoladamente da política global de uma nação. Sua elaboração passa, necessariamente, pela definição do volume de recursos de sua destinação, pelos aspectos relativos à formação dos recursos humanos em todas as áreas, pelo estabelecimento de um currículo escolar que mantenha as culturas, costumes e tradições das diversas regiões, ao mesmo tempo em que abre o caminho para o futuro, tudo isso buscando alcançar maiores índices de eficiência.

Contudo, o papel da escola é necessariamente o de assegurar um grau de conhecimento que conduza a criança até o fim de sua vida, sem que ela tropece por falta de um saber não aplicado ou escondido dela durante a vida estudantil, que o ato de ser flexível esteja presente em sua mente, sempre que defrontar com situações embaraçosas. A procura pelo saber vem crescendo, mas a formação, o resultado deste saber ainda é lento.

As leis que fundamentam e amparam a educação são bem claras e nos dá sustentação de forma que o Estado possa promover algumas mudanças que ajudem dentro do estabelecimento de ensino, pois a educação é dever do Estado.

A escola tem papel importantíssimo na formação do cidadão, é dela que o aluno vai tirar como exemplo, os atos que ocorrerem até o fim de sua vida, por isso, é importante desde cedo despertar na criança o interesse por bons costumes, a razão de viver, o direito à descontração e outros fatores que são fortes meios para elevar o grau de aprimoramento.

A educação brasileira acumulou durante anos vários ajustes, dessa forma, se a tônica da política educacional recaiu sobre a expansão das oportunidades de escolarização, hoje ela é posta na necessidade de revisão do projeto educacional do país, de modo a concentrar a atenção na qualidade do ensino e da aprendizagem.

Quanto à escola inclusiva, observa-se uma crescente atenção, no sentido de melhorar o atendimento às crianças, pois é nessa área, que a criança recebe os primeiros ensinamentos, ampliando o ensinamento vindo de casa e incorporando o que é aplicado no âmbito escolar.

Uma análise breve faz recordar o que ocorreu em décadas passadas, as portas das escolas brasileiras foram abertas às camadas populares, sem a devida preparação das mudanças que ocorriam, abandonadas à própria sorte, sem os investimentos necessários, tanto em recursos humanos, como em recursos materiais, muitas escolas ficaram atônitas, sem clareza de qual seria sua função.

Limitando-se quase sempre em transmitir alguns conhecimentos de relevância por vezes

questionáveis e de forma bastante rudimentar, as escolas foram se distanciando da possibilidade de fazer, com que seus alunos tivessem condições de compreender as transformações à sua volta ou de interpretar a massa de informações com que se deparavam diariamente.

Durante muitos anos, escolas reagiram à situação e buscaram novas formas de atuação, tendo como base, ideais sociais e políticos sobre o processo de ensino e de aprendizagem. Até que enfim, houve uma virada na educação, a busca pela escola ideal, do espaço acolhedor e preparatório para a vida do aluno futuramente.

Os ideais de construção de uma sociedade igualitária, com liberdade de expressão, e as evidências do insucesso no aproveitamento escolar tiveram fortes repercussões no meio educacional. Questionaram-se os valores culturais e sociais vigentes que orientavam a escolha e o tratamento dos conteúdos.

O papel do professor e do aluno foram revistos, o respeito às necessidades individuais e o trabalho cooperativo passaram a ser o grande lema, o ideal político pedagógico trouxe expressamente para a escola um basta ao autoritarismo existente, esse mesmo ideal foi incorporado em algumas escolas, identificadas como “escolas alternativas”.

Outra mudança ocorrida e que será valorizada por muito tempo, é a busca em criar meios eficientes para o tratamento dos conteúdos escolares, utilizando técnicas de estudo dirigido e recursos tecnológicos, como a televisão e técnicas audiovisuais.

Embora utilizando recursos modernos para o desenvolvimento, seguia-se o modelo didático em explicar os conteúdos e solicitar a execução de muitos exercícios para sua fixação, desconsiderando, dessa maneira, a contribuição e a participação do aluno no processo de aprendizagem e ignorando os aspectos culturais.

As reflexões e experiências ao longo de anos foram intensas e extremamente relevantes para o momento atual, pois de modo geral indicam que é preciso romper com práticas inflexíveis, que utilizam os mesmos recursos independentemente dos alunos, sujeitos da aprendizagem. Elas apontam que, para analisar e propor novas atuações em educação, é preciso considerar aspectos sociais, políticos, culturais, antropológicos e psicológicos.

Só considerando os distintos aspectos que concorrem para a formação do aluno, é que o processo de escolarização pode passar de fato a colaborar para a atuação autônoma dos alunos, na construção de uma sociedade democrática, onde se possa ensinar desde os primeiros dias de aula, o pleno exercício da cidadania às crianças.

Saber questionar é possibilitar o entendimento ativo e cultural, adquirindo subsídios que levem à respostas cabíveis e importantes na vida do aluno. Trabalhar o questionamento em sala de aula é prática que leva o aluno a pensar mais, entender e observar as habilidades em que poderá estar inserido na prática do ensino –aprendizagem.

O questionamento revela a necessidade de aprender, participar ativamente no ambiente dentro e fora da escola, contribuindo para que o aluno sinta-se capaz e seguro sobre aquilo que está aprendendo.

Motivação é a busca da satisfação de necessidades. Diante de tal conceito e das dificuldades existentes no processo de aprendizagem de linguagem textual, torna-se indispensável

que os alunos tenham sua cultura dimensionada ao conhecimento de idiomas que não seja a língua materna.

Ao trabalhar produções textuais em diferentes dimensões, permite-se que os alunos reconheçam o processo de ensino como peça significativa a ser aplicada no cotidiano em que vivem, salientando-se que não devem aplicar este recurso à linguagem culta.

Não bastam boas propostas, ótimos argumentos, lições de autoestima com palavras que surjam efeito. O mestre, educador, antes de se tornar um motivador, deve ser motivado, deve sentir-se orgulhoso do que faz, produz, reproduz, deve buscar os resultados quantitativos numa prática qualitativa, não deve ser visto como instrumento, como meio para atingir objetivos, uma flecha para um alvo.

Educar é uma prática para a vida, para a sociedade, para o mundo, com o objetivo maior de preparar para o exame, o teste, o concurso pela sobrevivência.

Educar tornou-se uma arte, um dom que os professores precisam exercer. Toda discussão volta-se para o educando, o foco das atenções é o resultado que se produz sobre os outros, não se discute metas com os objetivos voltados para a motivação do educador. Afinal, o que serve de motivação para o educador?

COMO E POR QUE AVALIAR?

Refletir sobre aprendizagens significativas, visando o acompanhamento permanente, exatamente sobre o comportamento geral do aluno, desde o aprendizado que consiga ele captar, até aquela avaliação particularizada, de sua construção humana e das relações interpessoais que seja ele capaz de estabelecer com o meio.

Além dos instrumentos normais de avaliação, é básico que o professor tenha ou que desenvolva uma certa sensibilidade ou habilidade de, com empatia, captar o que dele se exige, ou seja, o que deve dar de si mesmo ou da transmissão dos conhecimentos que detenha, no tocante às carências apresentadas pelos alunos.

A atuação do educador precisa ser cada vez mais mergulhada em uma visão e consequente atuação em modelos psicológicos profundos, isto é, cada vez mais precisará ele atuar com a apropriação dos conhecimentos relativos ao trato com indivíduos das mais variadas visões e ensinamentos familiares diferenciados, conduzindo-os não a um igualamento de compreensões e construções, mas de conseguir o desenvolvimento intelectual e humano de cada um, individualmente, embora inseridos no contexto da classe e da sociedade que lhe é berço.

A necessidade de avaliar sempre se fará presente, não importando a norma ou padrão pela qual baseie-se o modelo educacional. Não há como fugir da necessidade de avaliação de conhecimentos, muito embora se possa, com efeito torná-la eficaz naquilo que se propõe, a melhora de todo o processo educativo.

Para tanto, para que se consiga alçar qualitativamente o ensino como um todo, faz-se necessário passar por mudanças estruturais, visto que esse aprendizado melhor que se espera aconteça, possa florescer e fortificar-se, bem como construa ou beneficie a formação de cidadãos melhores e mais bem preparados na sua capacidade crítica e, por extensão, de autonomia

crescente.

Não é bastante que o professor construa seu modelo de atuação somente em cima de conceitos, tanto para si como para a transmissão de conhecimentos que dele se espera, mas têm que dar as condições necessárias ao aluno de que ele, aluno, possa ser avaliado pelo mesmo modelo a ele apresentado.

A estruturação do ensino deu ênfase às questões educativas para que se compreenda e utilize a inserção de temas transversais no processo de ensino. Os temas transversais são importantes por permitir que os alunos se envolvam no aprendizado significativo e levante dados a respeito do que está sendo trabalhado .

As diversidades políticas, sociais, culturais e ambientais devem ser trabalhadas durante todo o processo de ensino, independente do nível escolar. Além de formar cidadãos, a escola deve possibilitar o aprendizado mútuo e participativo de forma que os alunos compreendam, pesquisem, assimilem e busquem respostas que sejam encontradas através do questionamento e habilidade de soluções de problemas.

Quando há envolvimento por parte de toda equipe escolar, torna-se mais fácil que o aprendizado evolua. A interdisciplinaridade entre as disciplinas deve acontecer entre todos os educadores, para que os alunos compreendam que as disciplinas , quando estudadas por diversos ângulos, torna-se mais fácil e prazeroso na inclusão do saber.

Nessa perspectiva, o ensino deve estimular o aluno a levantar hipóteses, buscar dados, compreender o porquê da obtenção dos resultados. É necessário incluir as preocupações sociais em todo o processo de ensino, esse procedimento ajuda a incluir o aluno a obter bons resultados escolares e participar da cidadania.

O professor é então um pesquisador nato, atendendo as necessidades de seus alunos sendo capaz de ministrar um ensino de qualidade, realizar pesquisas e estimular atividades criadoras nas suas diversas áreas e estender o ensino e a pesquisa à comunidade, mediante cursos e atividades de extensão.

A escola se conduz transformadora de conhecimentos e não apenas um lugar onde os alunos vão e voltam com o intuito de passar de ano. O ambiente escolar deve ser visto por toda a comunidade como um lugar propício ao ensino, onde a comunidade tenha livre acesso e autonomia para inserir nesse ambiente.

A interação social faz parte do ambiente de conhecimento. Estudos e recentes pesquisas comprovam que o aprendizado estimulado por questões sociais contemplam valorosos resultados não só de motivação por parte dos alunos , mas em altos índices de rendimento escolar.

O processo de ensino não acontece de forma isolada. A conquista do saber e assimilação precisam ser desempenhados cotidianamente, de forma espontânea e que garanta a utilização de recursos para esse fim. A intervenção na proposta de ensino deve ser contínua, porém os professores devem estimular que os alunos pensem entre si, respeitando as diversas faces que o aprendizado acontece. É importante ressaltar que o aprendizado não acontece da mesma forma para todos os alunos. Há aqueles que assimilam rapidamente o tema proposto, pois desenvolvem de maneira satisfatória a busca por resultados.

Sabe-se há nas escolas grande quantidade de alunos que necessitam de diferentes estratégias para alcançar o aprendizado. Para esses alunos devem ser realizadas propostas de ensino que sirvam de estímulo prático ao aprendizado.

O compromisso do ensino deve ser feito de modo cooperativo, onde alunos e professores interajam entre si, buscando respostas cabíveis ao aprendizado. Quando o tema proposto é verídico, a curiosidade em resolver problemas transforma-se em oportunidade de justificar fins.

A escola então se encarrega de trabalhar com os interesses da comunidade. Professores e alunos necessitam de uma articulação mútua no processo de ensino. As questões sociais permitem o desenvolvimento da consciência crítica e o acesso ao saber de forma elaborada.

Quando os alunos têm a oportunidade de aprender por meio dos temas transversais, assimila melhor o conteúdo, valoriza os interesses próprios, respeita as opiniões dos colegas, participa de debates, e formaliza uma leitura de fatos.

Envolver os alunos no processo de ensino é uma tarefa que compromete não só a escola, mas toda a sociedade. Trabalhar em conjunto com os pais e convidá-los a contribuir para o desenvolvimento de temas transversais é muito importante; pois os valores devem ser trabalhados e mantidos.

Os eixos curriculares contribuem para a autonomia do aluno na medida em que suas notas aumentam; pois quando o aprendizado é significativo, a facilidade de argumentação e assimilação de conteúdo acontece.

O conhecimento deve acontecer de forma que o aluno consiga assimilar como acontece o processo de aprendizagem. O trabalho na sala de aula deve ser motivante e estimulador. Os conteúdos matemáticos não devem ser trabalhados de forma isolada. O professor deve estabelecer vínculo entre o meio social e o conteúdo a que deve ser trabalhado.

Os temas de aprendizado devem incluir atividades que permitam que o aluno busque o aprendizado de forma sistemática, construindo o verdadeiro saber matemático e desenvolvendo o senso de observação e criticidade dos conteúdos, a fim que o estudo torne-se ferramenta significativa tanto dentro quanto fora da escola; englobando os temas significativos do mundo atual e incluindo questões vinculadas à realidade e interesse dos alunos.

No cotidiano escolar, a interação do ensino informal ao formal está presente nos intervalos da escola, nos bate-papos entre nós, profissionais da educação, sem às vezes, darmos conta disso tudo.

Há, nesse cotidiano, uma rede de conversações nas coordenações de ações na convivência, visto que as crianças e os jovens traçam conhecimentos novos, naturais e dinâmicos a seu tempo.

A escola também deve fornecer um treinamento sistemático, o qual ajuda a desenvolver a prática da leitura e da escrita, que deve acontecer de forma espontânea e sem que o aluno sinta-se obrigado a entender o que o professor propõe, evitando assim, que o ensino seja visto como algo cansativo e estressante.

O aprendizado da escola e de casa estão interligados. Quanto maior a extensão de atividades e habilidades desenvolvidas pela escola, maior será a interação do aprendizado pelos

alunos.

Não há método pronto para que o ensino matemático aconteça. É dever do professor, buscar metodologias de ensino significativas para que o aluno possa se adaptar às modificações do aprendizado, de modo que sinta-se capaz de inseri-las no cotidiano em que vive.

Logo na infância, a criança se depara com uma grande quantidade de brinquedos, onde passa a se interessar por jogos de encaixe, peças de jogos de diversos tamanhos e formas, diferenciação de cores, entre outros.

Desde cedo a criança já se interessa por jogos lúdicos e o raciocínio lógico se aprimora gradativamente. Os pais são os maiores responsáveis para que a criança tenha a capacidade de resolver pequenas situações-problemas, de acordo com a faixa etária da criança.

Os jogos e brincadeiras devem estar presentes no cotidiano dos alunos para que juntos descubram diversas formas de conhecimento e ajudem uns aos outros, estimulando, criando, aprendendo e questionando. O lúdico motiva o aprendizado, por isso o professor deve diversificar suas aulas, para que não fiquem mecânicas ou repetitivas.

Com a presença do lúdico na educação, o aluno ultrapassa a simples satisfação da manipulação. Ele assimila a realidade externa de si mesmo fazendo distorções ou transposições. Da mesma forma, o jogo simbólico é usado para superação de conflitos e preenchimento do saber.

Em se tratando do aprendizado, é fundamental que professores considerem os recursos cognitivos, afetivos, sociais de aprendizagem e desenvolvimento. Mais do que isso, é necessário que considerem os interesses dos alunos.

Quando o aluno não se encontra interessado aos problemas e necessidades do cotidiano, há certamente uma desmotivação ao aprendizado. O desafio da educação é articular de modo interdependente duas tarefas difíceis: a integração do aluno na sociedade adulta- aprendizado de conceitos, informações, regras e atitudes valorizadas em um determinado grupo social e ao mesmo tempo promover o favorecimento do desenvolvimento da sua autonomia.

As dificuldades enfrentadas pelos alunos são sanadas a partir do momento que o professor assume seu papel de condutor do aprendizado. Os jogos devem ser desafiadores, estimulantes, possibilitadores ativos do princípio ao fim, enriquecedores e estratégicos. Quanto mais o aluno se sentir desafiado, mais sentirá desejo em desenvolver o raciocínio lógico-matemático.

O professor deve propor e organizar diversas situações com diferentes obstáculos de raciocínio, para que os alunos investiguem, reformulem, e façam válidas as situações do aprendizado.

Assim, o aluno constrói o seu conhecimento, investiga, confronta com seus colegas, ajuda, insere-se no meio educativo. Ensinar com jogos é permitir a liberdade de ação, tornando o aluno um cidadão crítico, ajudando-o a tomar consciência de si mesmo, dos outros, e da sociedade.

Nos tempos de hoje, não há mais espaço para aluno ouvinte. Os alunos têm sede de aprendizado e desde cedo já são críticos e capazes de utilizar diferentes estratégias.

As estratégias lúdicas são excelentes auxiliares para o aprendizado, pois propicia a me-

mória, orientação temporal e espacial aos jogos é interessante cronometrar o tempo, percepção tanto auditiva quanto visual, organização e planejamento, levando em conta que o professor precisa contribuir para o aprendizado de seus alunos sem interferir, mostrando eventuais respostas.

Após todo o processo de conhecimento por parte dos alunos, é possível verificar que o aprendizado só se concretiza quando o professor gosta e acredita na Educação e aprendizado de seus alunos.

A avaliação não pode ser de cunho decorativo ou uma máscara apenas, voltada à complementação de nota. Os resultados da avaliação devem ser a chave para a tomada de decisões sobre o que deve ser reforçado ou retocado, ou seja, um diagnóstico que leve à análise da realidade, de onde se possa captar os subsídios a tomar as decisões no sentido de superar os problemas constatados.

A avaliação deve servir, antes de mais nada, como uma possibilidade de reflexão, senão permanente, ao menos sobre as deficiências surgidas. Mais ainda, não deve estar presa a argumentos ou padrões, ao contrário, deve ser encarada como uma escala para justamente formar ou fundamentar tais padrões, sejam eles de conduta ou diretamente ligados à aprendizagem. (HOFFMANN, 2003. p. 32)

Essa reflexão faz com que professor e aluno possam compreender a essência do processo avaliativo, bem como amplie a visão sobre o mesmo. É fundamental que se tenha consciência de que o aluno é o elemento central do processo de aprendizagem e, portanto, precisa ser entendido como tal.

A presença da afetividade, no processo de ensino e aprendizagem, contribui para que o professor entenda as necessidades e dificuldades do aluno. O princípio fundamental do ensino é o de que todas as crianças podem aprender juntas, sempre que possível, independe de qualquer dificuldade que elas possam ter.

A afetividade é peça-chave para que o ensino ocorra de forma significativa ao aluno. De acordo com a visão de Oliveira, (1998):

A nova visão de globalização aplicada à educação tenta integrar, de forma até radical, o bloco de funções intuitivas, afetivas emocionais ou criativas às demais funções mentais: lógicas e operacionais. A educação global só se afetivará a partir dessa integração. Não é possível estudar e entender a pessoa, os pais, os professores e o aluno, só a partir da racionalidade ou da construção do conhecimento. A formação da personalidade tem a ver com os processos inconscientes estabelecidos a partir das relações do indivíduo com outros indivíduos, nos seu processo de crescimento e desenvolvimento. (OLIVEIRA, 1998.p.143)

De acordo com Oliveira (1998), Vygotsky construiu sua teoria tendo por base o desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sócio-histórico, enfatizando o papel da aprendizagem nesse desenvolvimento.

Sua questão central é a aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com a cultura. Oliveira (1998) enfatiza que as concepções de Vygotsky sobre o processo de formação de conceitos remetem às relações entre pensamento e linguagem, à questão cultural no processo de construção de significados pelos indivíduos, ao processo de internalização e ao papel da escola na transmissão de conhecimentos, que é de natureza diferente daqueles aprendidos na vida cotidiana. Propõe uma visão de formação das funções psíquicas superiores como internalização

mediadas pela cultura.

Segundo Moraes (2003, p. 204), os temas transversais proporcionam a autonomia e eficácia no aprendizado:

[...] são o caminho ideal para a politização de nossos alunos, indo além do discurso dos PCN, na consecução de uma sociedade igualitária. São eles que permitem a apropriação de conceitos, mudanças de atitudes e procedimentos onde cada aluno participará de forma autônoma na construção e melhorias da comunidade em que se insere. (Moraes.200204)

Os educadores devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando bem os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com a comunidade.

Até recentemente, a afetividade e o desejo não haviam sido teorizados na sua vinculação com o processo de aprendizagem. A importância dos fatores relacional e afetivo implicados no ato de ensinar-aprender é descartada e a influência dos processos inconscientes na aquisição e elaboração do conhecimento é negado.

Todo processo de desenvolvimento e aprendizagem requer superação de dificuldades e construção de ações coletivas. Tanto a escola quanto a sociedade necessitam promover a igualdade e oportunidade do aprendizado.

O ser humano desde o nascimento até a sua morte vive diversas satisfações e dificuldades, enfrentando e vencendo desafios e obstáculos. Enquanto educador é necessário que haja a contribuição de afeto somado aos métodos de ensino, para que a criança possa investigar entender e esclarecer as suas dificuldades, abrindo novos caminhos que tendem a se alargar para transformar o seu modo de ser, acolher e conviver com o outro no contexto social.

Acredita-se que a criança vai à escola em busca do conhecimento e da ampliação de suas relações interpessoais com seus colegas, professores e todos os profissionais que contribuem para o funcionamento de uma escola, daí a grande responsabilidade destes profissionais em educação, em propiciar a possibilidade de se auto construir a partir da apreensão do conhecimento adquirido.

O professor deve reformular os conteúdos escolares, enfatizando que os temas transversais auxiliam no processo de ensino e permitem que os alunos tornem-se críticos e capazes de assimilar o desenvolvimento da aprendizagem.

Assim, pode-se dizer que o professor tem papel fundamental na vida do seu aluno. Na escola o aluno não só aprende o conteúdo programático, mas também constrói sua socialização, sua comunicação, seu comportamento, seus objetivos de vida, tornando-se sujeito formador de opiniões, adquirindo no convívio social motivação para seu crescimento.

Tudo isso, é conquistado dentro da escola, portanto, é fundamental que o aluno compartilhe, no seu espaço escolar, relações saudáveis, afetuosas e compreensivas com seus professores e colegas.

Portanto, cabe ao professor oferecer condições para a criança desenvolver suas potencialidades. O fato de estar sempre se transformando, dá a criança um espírito curioso, atento e experimental e é na escola, durante as atividades, que devem ser proporcionadas experiências

de diferentes situações para que ela aprenda a viver em grupo. O encontro entre professor e aluno é uma colaboração recíproca, contribuindo para a realização do ensinar e do aprender.

Contudo, percebe-se que, se no início de uma vida escolar as manifestações afetivas forem mal compreendidas, a vontade do aluno de aprender e do professor de ensinar, serão contrárias ao que o professor e aluno desejam alcançar.

Ao professor é primordial estudar teoricamente a relevância da afetividade no processo de ensino e aprendizagem na escola, bem como verificar se a afetividade está impulsionando o ato de aprender numa construção do conhecimento, na perspectiva da constituição de cidadãos críticos e conscientes. Trabalhar as emoções e observar o que há por trás de cada sentimento do aluno, resulta fundamentalmente em melhores aprendizagens.

O desenvolvimento das capacidades, por mínimas que sejam, devem ser levadas em consideração para que ele se sinta acolhido, amado, e possa ter sua independência para criar condições fundamentais que devem auxiliá-lo no futuro.

Analisando os métodos de ensino tradicionais com as práticas pedagógicas voltadas para a afetividade, percebe-se que a criança interage melhor com atividades elaboradas e praticadas através do lúdico; pois ao promover um atendimento educacional adequado, através de projetos novos, ambiente emocional e social favorável ao aprendizado matemático desses alunos, numa proposta que a meta seja a inclusão com responsabilidade, a escola pode transformar a realidade dessas crianças, assegurando assim não só a permanência na escola, mas a permanência numa perspectiva educacional duradoura.

Para que a prática pedagógica possa contribuir na efetivação de um bom relacionamento entre a família e a escola, faz-se necessário repensar essa relação, reforçando o papel fundamental de cada um para que o processo de ensino e aprendizagem no ensino especial se faça de forma eficaz e com responsabilidade.

Nessa perspectiva é essencial que a escola se organize de forma a proporcionar, uma ampla participação dos professores e dos pais dessas crianças, trabalhando em função de um objetivo comum, através de material concreto, onde possam decidir, auxiliar e nortear ações educativas e afetivas para que o educando se torne um indivíduo capaz de compartilhar seus saberes, suas descobertas e aprimorar seus conhecimentos.

Os dois segmentos, a família e o educador / escola têm grande importância no desenvolvimento cognitivo e social do aluno, tornando-se um agente de ações transformadoras, sendo capaz de fazer a leitura do mundo que o cerca e tomar suas próprias decisões.

A escola deve buscar condições de estabelecer meios para que os educadores e pais possam se empenhar para o sucesso das crianças no decorrer do ano letivo, mostrando tanto para o aluno quanto para a família que o seu esforço não foi em vão e, convencendo a família de que a educação é um investimento de relevante valor, sendo capaz de produzir cidadãos confiantes em suas próprias possibilidades, sendo bem sucedidos e respeitados no meio em que vivem.

Propõe-se uma visão de formação das funções psíquicas superiores como internalização mediada pela cultura. Sobre o funcionamento do cérebro, o autor diz que este é a base biológica, e suas peculiaridades definem limites e possibilidades para o desenvolvimento humano.

Essas concepções fundamentam sua vida na ideia de que as funções psicológicas superiores, como exemplo: linguagens, memória, são construídas ao longo da história social do homem, em sua relação com o mundo.

A busca de autonomia e liberdade é uma necessidade dos tempos atuais. A escola exercendo seu papel de promover a educação de todos e para todos, deve efetivar essa busca em todas as suas ações, devendo valorizar a natureza das relações afetivas existentes em seu contexto e preservar a integridade de todos os alunos.

O ensino visa através de práticas voltadas para a afetividade, resgatar a criança para um universo onde a mesma possa ter autoestima, confiança, vontade, motivação e coragem para viver o processo de aprender.

O avanço e progresso do aluno estão intimamente ligados às relações sociais que ele estabelece, na vida pessoal, profissional, social e escolar. Considerando as questões da vida e história do educando, se distanciando de um ensino compartimentado, será possível promover uma educação que valorize a totalidade da criança e suas relações com o mundo e com o outro.

Nesse sentido, as mudanças de desenvolvimento da criança não podem acontecer isoladamente, e sim através de formulações de métodos de ensino que favoreçam um ambiente acolhedor e rico em conhecimentos.

A partir daí, a criança poderá se constituir de fases diversificadas onde a afetividade e os conhecimentos cognitivos possam se integrar de forma a transformar a valorização do homem, enquanto ser humano e cidadão.

Um estudo que é centralizado na criança contextualizada propicia oportunidades para que o aluno seja coautor da sua própria aprendizagem. O caminho a ser trilhado será o da descoberta, da aventura e da busca do saber, conseguindo a todo o momento o aprender e o ensinar.

Para VIGOTSKY (2001) o processo de desenvolvimento das crianças é um caminho diferente a ser percorrido e é respeitando essas diferenças individuais, que se pode propiciar os caminhos para o desenvolvimento humano, e conseqüentemente para uma aprendizagem escolar voltada para a afetividade e aquisição de conhecimentos. Todas as atividades devem ser constantemente avaliadas e repensadas.

A relação entre educador e educando supõe sempre novos paradigmas. A profissão de professor exige motivação, autonomia, participação e afetividade. Já existem constatações que para uma aprendizagem eficaz é essencial a presença de sentimentos voltados para a compreensão, atenção, para assim haver a fusão entre a inteligência e a afetividade conseguindo-se êxito no ensino para as crianças especiais.

Todo conhecimento é uma construção que resulta de ações físicas ou mentais desenvolvidas pela criança sobre objetos. Essa construção, ou seja, o desenvolvimento da atividade intelectual não pode ser separada do funcionamento global do indivíduo.

Neste funcionamento global estão considerados os aspectos da atividade: intelectual, biológica e afetiva através dos quais o indivíduo – organismo se adapta ao meio e organiza suas experiências.

Para Piaget (2000), a inteligência e a afetividade da criança se desenvolvem em estágios

que são: sensório motor (0 - 2 anos) com o passar do tempo os comportamentos reflexos do bebê transformam-se em comportamentos inteligentes encaminhando para solução de problemas sensório-motores por representação do pensamento. Nesta faixa etária o autor alerta que a afetividade é inserida no “eu”, pré-operacional (2 - 7 anos); operações concretas (7 - 11 anos), nesta fase o pensamento lógico supera o pensamento pré-lógico da fase anterior. Segundo o autor, a criança consegue resolver problemas concretos, porém não pode resolver problemas complexos e verbais.

Nesta faixa etária a intencionalidade é construída fazendo com que se leve em conta os motivos dos outros ao fazer julgamentos morais. Outros aspectos do desenvolvimento afetivo possíveis de ocorrer são a conservação dos sentimentos; a formação da vontade e o início do pensamento e sentimentos autônomos, além das relações de respeito mútuo e pelos padrões de cooperação. Para o autor, estes fatores se alteram pela interação social.

E operações formais (11 - 15 anos), neste estágio as estruturas cognitivas tornam-se qualitativamente prontas, ou seja, a criança ou adolescente pode resolver todos os tipos de problemas, evidentemente, solucionando problemas verbais, hipotéticos concretos e abstratos. Sendo assim, o desenvolvimento passa da solução lógica dos problemas concretos à solução lógica de todos os tipos de problemas.

Piaget (2000) aponta que a cada mudança de estágio, os anteriores são sempre incorporados. Apesar das operações formais cessarem as mudanças na capacidade para raciocínio lógico, o indivíduo continua a desenvolver conceitos e áreas de conteúdos ou novos conhecimentos e propósitos aos quais seu pensamento possa ser aplicado, estas mudanças são chamadas de mudanças no plano do conteúdo e função da inteligência.

Toda mudança significativa no desenvolvimento cognitivo representa um passo a mais para uma inteligência mais avançada e plenamente adaptada. Cada passo constitui uma mudança qualitativa nas capacidades de raciocínio gerando algumas características, por exemplo, que o desenvolvimento intelectual depende da interação e da experiência social e considera a interação social como uma das quatro variáveis primárias ao desenvolvimento, ou seja, o conhecimento social não pode ser construído sem interação com os outros.

A nossa realidade, totalmente adversa a todas as práticas pedagógicas discutidas, têm mostrado uma saturação do papel do mestre, educador, no processo ensino aprendizagem.

É preciso que o educador esteja em constante transformação, participando de cursos e palestras que garantam novos caminhos e perspectivas válidas ao aprendizado.

Ao mestre, educador, cabe o papel de mediador de conhecimento, de estar sempre se aperfeiçoando em prol do bom desempenho das suas funções.

Esta é a nova dinâmica social: a exigência mercadológica que faz da função de educador um perpétuo desafio, uma luta incessante que antes de se tornar motivadora de resultados deve ser motivada a produzir resultados em si mesmo, para depois ser capaz de produzir resultados positivos em outros aspectos da educação.

À medida que o professor torna-se motivado, os alunos aprendem melhor, pois o entusiasmo faz com que o ambiente escolar se modifique, e a comunidade se insere no processo de aprendizagem.

A escola deve ser um ambiente estimulador ao conhecimento. As atividades contextualizadas são importantes no processo de globalização e reconhecimento de motivação e influem diretamente à obtenção da escrita.

Ao inserir-se no processo de aprendizado, questionando, refletindo, organizando seus pensamentos, torna-se capaz de pluralizar seu vocabulário, integrando-se no mundo social e desenvolvendo o valor do conhecimento globalizado, tão importante na atualidade.

Os valores e a cultura da globalização devem estar inseridos na vivência do aluno, de modo com que ele busque individual e coletivamente novos caminhos para interagir em um ambiente em que seja permitido a valorização do aprendizado. Assim sendo, o estudo desta temática é fundamental porque leva a uma reflexão sobre o desenvolvimento da gestão do conhecimento eficaz e crítico da participação educacional.

Ensinar através de práticas e metodologias que levem o aluno a pensar e concluir o raciocínio lógico é muito importante para o desenvolvimento mental e cognitivo dos alunos.

O professor deve trabalhar estratégias que prendam a atenção dos alunos, permitindo que ele associe a fundamentação da escrita, usando-a adequadamente em situações de interatividade e não em processos de língua culta.

Quando o professor apresenta projetos educacionais para seus alunos, o ambiente escolar se transforma de forma significativa. Os tempos contemporâneos exigem que o sistema educacional seja voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades que sejam essenciais à vivência do aluno.

É importante compreender e refletir sobre o cotidiano real, aprendendo através de um contexto que esteja interligado ao futuro do aluno. O ensino comprometido desenvolve o processo de educação afim de que possa beneficiar suas ações podendo buscar novas formas didáticas e metodológicas de promoção do processo ensino-aprendizagem com seus alunos, sem com isso ser colocado como mero expectador dos avanços estruturais de nossa sociedade, mas um instrumento de enfoque motivador desse processo.

O educador precisa buscar alternativas coerentes para facilitar o aprendizado possibilitando uma participação significativa e plena no mundo letrado, tornando os alunos capazes de conhecer e respeitar as variedades linguísticas, utilizando a linguagem como instrumento de aprendizagem, valendo-se da linguagem para melhoria de relações pessoais e, sobretudo, subsidiando uma melhor compreensão do aprendizado real.

VIVÊNCIA

Para significar os escritos aqui contemplados, foi realizado um estudo em uma escola pública de Formosa, no estado de Goiás, a unidade em está situada em bairro periférico. Atende as modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental, funcionando em dois turnos: matutino e vespertino no total de 960 alunos. Além disso, atende a alfabetização e primeira fase do ensino fundamental de jovens e adultos.

A escola dispõe de um espaço físico amplo com salas de aulas arejadas em dimensões proporcionais ao número de alunos. A escola dispõe ainda de uma sala de recursos para atender

a alunos portadores de necessidades educacionais especiais, sala de professores, secretaria, sala de direção, um pátio para recreação, cantina, banheiros administrativos, banheiros masculinos e femininos, um depósito para lanches e almoxarifado.

Todo o espaço físico da escola segue padrões estabelecidos pelo Ministério da Educação estando em boas condições de uso.

Além dos livros didáticos e paradidáticos a escola dispõe de outros materiais pedagógicos para diversificação das aulas como: antena parabólica aparelha de som, caixas de som amplificadas, computador, copiadora, DVDs, impressora a laser e a jato de tinta, jogos pedagógicos, caixas de material dourado, microfone sem fio, televisões e vídeos cassetes. Encontra-se em ótimo estado de conservação, com espaço físico adequado as ações pedagógicas, bem como disponibilizando materiais diversos para o trabalho pedagógico.

A unidade escolar ainda não tem laboratórios, nem bibliotecas, mas temos projetos para o próximo ano, para que estes recursos venham a auxiliar nossos alunos no processo de aprendizagem.

Visando ilustrar este estudo, realizou-se uma pesquisa descritiva, tendo como objetivo estabelecer correlações entre algumas variáveis e definir sua natureza, que nesse caso será o campo de avaliação.

Para coletar os dados desta pesquisa foi aplicado um questionário aos professores, além do questionário foi também utilizada à observação direta e conversas informais que são de grande importância para coleta de dados e fundamentação da pesquisa.

Optou-se pelo questionário fechado, pois trás uma limitação nas respostas fazendo assim que não haja distorções na análise dos resultados.

Antes da aplicação do questionário previamente foi explicado ao entrevistado/a o objetivo da pesquisa e também a grande importância de sua participação, garantindo-lhe a confidencialidade de suas respostas.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Questão 1

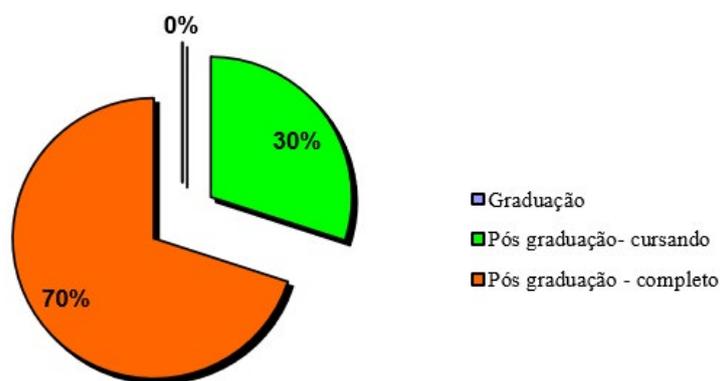
Qual seu grau de formação?

Quadro 1 – Formação

	Func. Pesquisados	%
Graduação	-	-
pós graduação – cursando	03	30%
pós graduação– completo	07	70%
Totalizador	10	100%

Fonte: Tabulação dos questionários aplicados pelas alunas

Gráfico 1 – Formação



Fonte: Representação gráfica elaborada a partir dos dados do questionário aplicado pelas autoras.

No quadro 1, permite constatar que a amostra é composta, principalmente por pessoas que possuem pós-graduação-completo (70%) revelando o interesse em se profissionalizar para atender de forma mais satisfatória sua clientela.

Questão 2

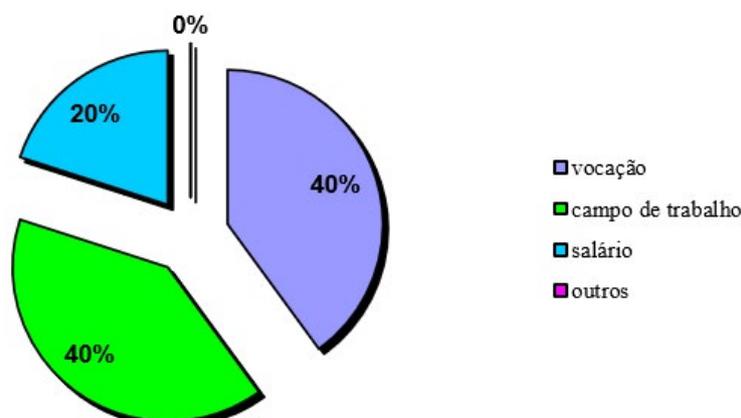
O que a levou a escolher o caminho da educação, mais especificamente ser professora da Educação Infantil?

Quadro 2 - Caminho da educação

	Func. Pesquisados	%
vocação	04	40%
campo de trabalho	04	40%
salário	02	20%
outros	-	-
Totalizador	10	100%

Fonte: Tabulação dos questionários aplicados pela aluna

Gráfico 2 - Caminho da educação



Fonte: Representação gráfica elaborada a partir dos dados do questionário aplicados pela autoras.

No Quadro 2 dentre os colaboradores pesquisados, 40% responderam que o que levou a escolher o caminho da educação, mais especificamente ser professora foi a vocação outros 40% responderam que foi o campo de trabalho e somente 20% responderam que é por causa do salário, apesar de ser de grande importância, o incentivo salarial não é o fator principal que levou os colaboradores a seguir essa profissão.

Questão 3

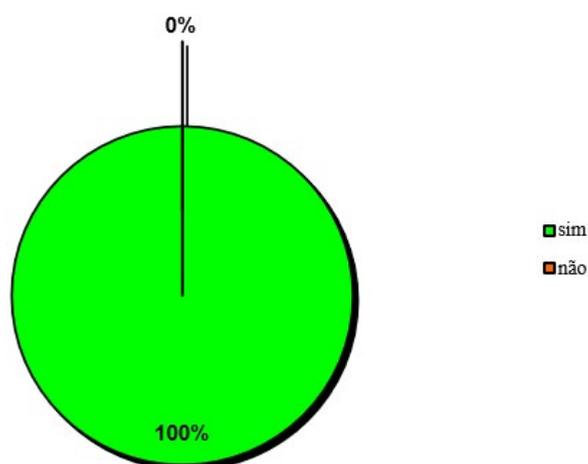
Você costuma oportunizar avaliações coletivas entre seus alunos?

Quadro 3 - Avaliações coletivas

	Func. Pesquisados	%
Sim	10	100%
Não	-	-
Totalizador	10	100%

Fonte: Tabulação dos questionários aplicados pelas autoras

Gráfico 3 - Avaliações coletivas



Fonte: Representação gráfica elaborada a partir dos dados do questionário aplicado pelas autoras.

O quadro 3, 100% dos/as entrevistados/as responderam que fazem avaliação coletiva com seus alunos podendo observar o quão importante é para os educandos serem avaliados de forma coletiva e não somente individual pelos métodos formais.

Questão 4

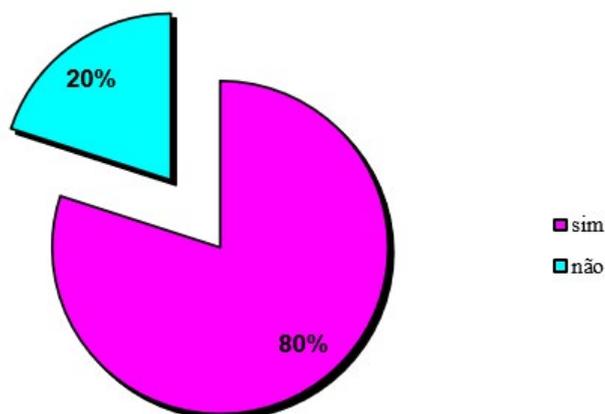
Você faz um dossiê onde registra novas conquistas e/ou mudanças em relação ao desenvolvimento de seus alunos?

Quadro 4

	Func. Pesquisados	%
Sim	08	80%
Não	02	20%
Totalizador	10	100%

Fonte: Tabulação dos questionários aplicados pelas autoras

Gráfico 4



Fonte: Representação gráfica elaborada a partir dos dados do questionário aplicado pelas autoras.

O Quadro 4 revela que a maior parte dos/as pesquisados/as (80%) mostram preocupação em ter uma coletânea de registros sobre a aprendizagem do aluno, podendo com isso observar mais tarde o processo evolutivo de cada educando.

Questão 5

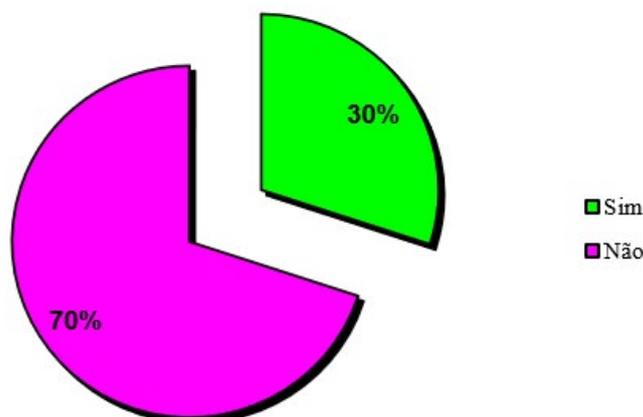
Você avalia seus alunos somente com testes e provas?

Tabela 5 – Avaliação

	Func. Pesquisados	%
Sim	03	30%
Não	07	70%
Totalizador	10	100%

Fonte: Tabulação dos questionários aplicados pelas autoras

Quadro 5 – Avaliação



Fonte: Representação gráfica elaborada a partir dos dados do questionário aplicado pelas autoras.

No Quadro 5 pôde-se observar que já não há necessidade de avaliar somente com métodos formais somente com provas/testes. Existem outros instrumentos que o professor pode

lançar mão para avaliar seus alunos.

Questão 6

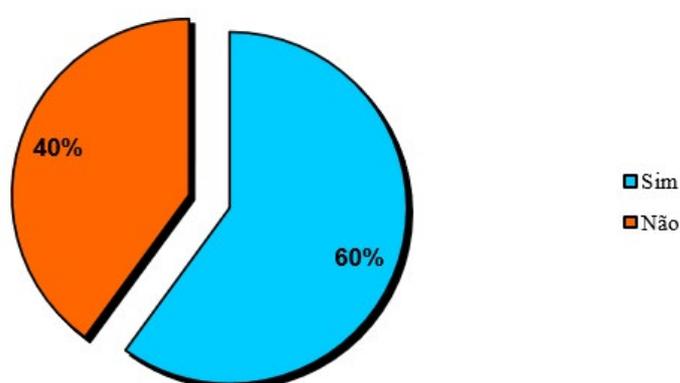
Você dá oportunidade a novos desafios com base na observação e reflexão teórica?

Quadro 6 – Oportunidades

	Func. Pesquisados	%
Sim	06	60%
Não	04	40%
Totalizador	10	100%

Fonte: Tabulação dos questionários aplicados pelas autoras

Gráfico 6 – Oportunidades



Fonte: Representação gráfica elaborada a partir dos dados do questionário aplicado pelas autoras.

A maioria dos/as entrevistados/as (60%) respondeu que dá oportunidade à novos desafios com base na observação e reflexão teórica assim a criança aprimora sua forma de pensar do mundo à medida que se deparam com novas situações, novos desafios e formulam suas hipóteses.

Questão 7

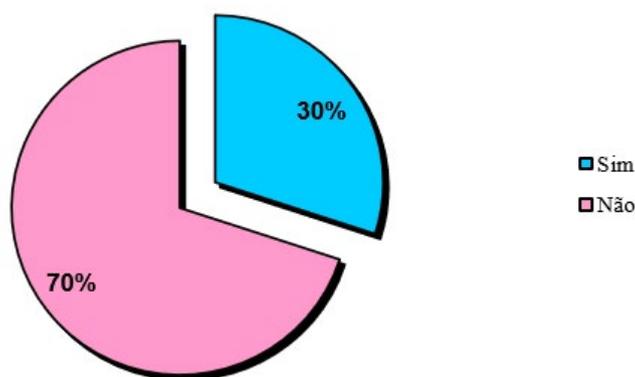
Dialoga frequentemente com os pais e/ou responsáveis pela criança sobre a aprendizagem da mesma?

Quadro 7 – Diálogo

	Func. Pesquisados	%
Sim	03	30%
Não	07	70%
Totalizador	10	100%

Fonte: Tabulação dos questionários aplicados pelas autoras

Gráfico 7 – Diálogo



Fonte: Representação gráfica elaborada a partir dos dados do questionário aplicado pelas autoras.

O Gráfico 7 mostra percepção em conversas informais. Os professores se queixavam que a maioria dos alunos são levados para Unidade Escolar por funcionários de seus pais, vizinhos ou alguns tipos de transporte, quase nunca se vê os pais na escola.

Questão 8

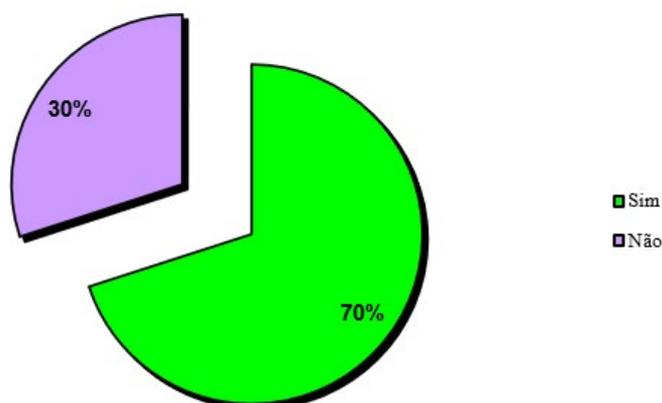
Você faz avaliação contínua de seus alunos?

Quadro 8 – Avaliação contínua

	Func. Pesquisados	%
Sim	07	70%
Não	03	30%
Totalizador	10	100%

Fonte: Tabulação dos questionários aplicados pelas autoras

Gráfico 8 – Avaliação contínua



Fonte: Representação gráfica elaborada a partir dos dados do questionário aplicados pela autoras.

Conforme Gráfico 8, 70% dos profissionais responderam que fazem avaliação contínua com seus alunos, realizando assim análises mais precisas sobre sua evolução comparando

tarefas, estabelecendo relações entre respostas apresentadas antes e depois, percebendo os erros que se repetem bem como a transição das concepções prévias para os conhecimentos científicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação escolar é sem dúvida algo de suma importância, uma vez que, é potencialmente o instrumento a ser usado na construção ou no pleno desenvolvimento do modelo de atuação escolar. Se conduzida com caráter reflexivo e, na medida em que sirva de termômetro a identificar as carências apresentadas pelos alunos, no decorrer do período letivo, serve como balizador, para que possa o professor, tomar certas decisões ou executar modificações e reforços que favoreçam o desenvolvimento necessário ao alcance pleno dos objetivos planejados.

É preciso um rompimento com o modelo tradicional de avaliação, que fuja da aplicação de provas/testes como medidor de conhecimentos e ainda, que se instale um novo modelo, onde o aluno seja acompanhado e estimulado constantemente, podendo assim ser avaliado, também constantemente, em função da construção em si dos conhecimentos que tenha sido capaz de auferir e processar. O que deve ser modificado, antes de qualquer outra questão, é a verdadeira função da avaliação no contexto escolar. Enquanto for realizada com a intenção única de atribuir nota ao aluno, não contribui para um maior desenvolvimento dos envolvidos em sua confecção, mas ao contrário até, pode ser um dos fatores geradores de um maior índice, tanto de evasão como de reprovação escolar.

A forma com que o professor irá corrigir o erro do aluno deve ser feita de forma em que não promova o constrangimento, pois se isso acontecer, o aluno perderá sua capacidade de aprendizado. O erro deve ser trabalhado de forma construtiva e contínua, para que o aluno adquira autoconfiança e estímulo.

Inserir a interdisciplinaridade nas aulas ajuda o aluno a assimilar melhor o conteúdo a que se pretende alcançar e o ensino deixa de ser isolado passando por estratégias diversas para melhoria do aprendizado contínuo. Dessa forma, os alunos conseguem assimilar o aprendizado e tornam-se capaz de reproduzir o que aprenderam.

A afetividade deve estar inserida na vivência do aluno, de modo com que ele busque individual e coletivamente novos caminhos para interagir em um ambiente em que seja permitido a valorização do aprendizado.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação educacional: regulação e emancipação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula: fascículo 08. 4 ed. RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº 9.394/96.

CHALITA, Gabriel. Educação: a solução está no afeto. 8 ed. São Paulo: Gente, 2001.

- CURY, Augusto Jorge. Pais brilhantes, professores fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- DELVAL, Juan. Rumo a uma educação democrática. Pátio, ano VII, nº 25, fevereiro-abril, 2003, p. 48-51.
- GIL, Antonio Carlos, 1946 – Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª edição. São Paulo: Atlas S.A. – 2002.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação: Mito e desafio. Uma perspectiva construtiva. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- LIBANELO, José Carlos. Democratização da escola pública. A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- OLIVEIRA, João Batista Araújo. CHADWICK, Clifton. Aprender e ensinar. 2. ed. São Paulo: Global, 2001.
- PILETTI, Nelson. Psicologia Educacional. São Paulo: Ática, 2001.
- ROSSINI, Maria Augusta Sanches. Pedagogia afetiva. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SAID, Selma. Ponha-se no lugar: dicas para pais e mães que têm filhos na escola. Petrópolis: Vozes, 2004.
- TIBA, Içami. Quem ama educa. 108. ed. São Paulo: Gente, 2002.
- VOLI, Franco. A auto-estima do professor: Manual de reflexão e ação educativa. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2002.